

EDITORIAL

A definição dos setores prioritários da política industrial do atual governo brasileiro incluiu os fármacos e medicamentos como opção estratégica. Neste cenário surgiram ou consolidaram-se novas ações por parte de distintos setores governamentais onde se incluem os seminários promovidos pelo BNDES e o estabelecimento de seu programa Profarma, que conta com *ca.* R\$ 240 milhões de reais. Outras iniciativas mais recentes ocorreram, destacando-se editais de diferentes agências federais de apoio, financiamento ou fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, contemplando o tema dos fármacos e dos medicamentos. Este é apenas para contextualizar a dimensão que o tema – Fármacos e Medicamentos - adquiriu no contexto nacional, estimulando estudos diversos sobre a cadeia produtiva e inovativa dos fármacos e dos medicamentos, incentivados pelo reconhecimento governamental da importância estratégica da inovação neste segmento industrial. Esta vertente, da inovação em fármacos e medicamentos, remete ao reconhecimento da realidade brasileira em termos de ciência e tecnologia, que indica que a capacidade inventiva brasileira nesta área científico-tecnológica, e em muitas outras, está nas instituições de ensino superior (IES) públicas, onde se realiza a maior parte das pesquisas científicas originais no País, no âmbito do excelente sistema de pós-graduação *strictu sensu* construído ao longo das últimas décadas do último século e responsável, em grande parte, pela expressiva produção científica brasileira que atingiu *ca.* 1,5% do total mundial. Pelo exposto, fica estabelecida a importância das Faculdades de Farmácia ou de Ciências Farmacêuticas das IES públicas, onde se produz a maior parte do conhecimento novo no campo das Ciências Farmacêuticas no Brasil, através da pesquisa científica inovadora realizada no âmbito de seus cursos de pós-graduação credenciados pela CAPES. Entretanto, se o sistema brasileiro de pós-graduação *stricto sensu* está consolidado, de maneira geral, seu crescimento não foi harmônico, pois algumas áreas do conhecimento, então reconhecidas como estratégicas, foram privilegiadas por ações de fomento governamental, através de programas de apoio ao seu desenvolvimento científico e tecnológico, responsáveis diretos por seu notável crescimento, que viabilizou o estabelecimento de reconhecida capacidade científica e tecnológica ao País nestes setores. *Hèlas* esta não foi a realidade das Ciências Farmacêuticas, durante este mesmo período, em razão de diversos fatores circunstanciais (*inter-alia*: a reforma universitária de 1968, que drenou muito da capacidade científica das Faculdades de Farmácia das IFES para os institutos básicos recém-criados; o parque industrial farmacêutico brasileiro dedicado apenas às derradeiras etapas da cadeia produtiva do medica-

mento e, portanto, sem estimular a atividade de pesquisa científica inovadora em fármacos, demandando competência restrita ao profissional). Desta forma, atrofiou-se a capacidade científica de disciplinas das Ciências Farmacêuticas diretamente relacionadas ao fármaco e ao medicamento, especialmente aquelas envolvidas em inovação. A necessária e estratégica capacitação científico-tecnológica e inovadora do Brasil, no setor dos fármacos e dos medicamentos, depende da implantação imediata de ações ordenadas de fomento, abrangendo toda a cadeia produtiva e inovativa do fármaco, de maneira efetivamente articulada entre os diferentes órgãos governamentais responsáveis, setor empresarial e as universidades, contando com a participação das associações/sociedades científicas das Ciências Farmacêuticas e de outras especialidades envolvidas neste complexo e interdisciplinar processo, de forma a completar as poucas lacunas de competência existentes sem desconsiderar-se a essencial ação de capacitação de pessoal de nível superior qualificado em termos quantitativos compatíveis com o desafio em tela. Para tanto, seria suficiente, por exemplo, repetir programas de fomento similares àquelas iniciativas anteriores exitosas em outros setores científico-tecnológicos, no País, que sejam, agora, voltadas para o Fármaco e o Medicamento em toda sua dimensão, desde a identificação do melhor alvo-terapêutico para o tratamento de doenças de todas as naturezas até a formulação moderna de novos fármacos que, afinal, falem nosso idioma. Para tanto urge agir!

Eliezer J. Barreiro

Professor Titular da UFRJ, Coordenador da área de Farmácia-CAPES e membro do CA-Farmácia do CNPq; Coordenador do Instituto Virtual de Fármacos do Rio de Janeiro-FAPERJ